UNIVERSIDADE DE TRÁS–OS–MONTES E ALTO DOURO

Relatório detalhado sobre a atividade profissional docente

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização em Supervisão Pedagógica

Daniela Gomes Cardoso de Sá Cachada

Orientadora: Professora Doutora Ágata Cristina Marques Aranha

Vila Real, junho de 2012

Dissertação de mestrado elaborada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na especialidade de Supervisão Pedagógica, em conformidade com o Decreto-Lei nº 240/2007, de 13 de dezembro, sob a orientação da Professora Doutora Ágata Cristina Marques Aranha.

Ao António e ao Mário:

Que não me deixam cair,

Que me amparam as mágoas,

Que me dizem para não desistir, todos os dias,

Que assistem ao sofrimento da incerteza,

E que me amam incondicionalmente.

Daniela Cachada

Agradecimentos

À Professora Doutora Ágata Aranha pelo incansável acompanhamento ao longo deste percurso. Agradeço por todos os momentos, os bons e os menos bons, sobretudo quando o trabalho parecia não fluir. Só com a sua extrema dedicação foi possível elaborar este relatório. Obrigada.

À Escola Secundária João Gonçalves Zarco, por me ter acolhido de braços bem abertos, bem como por me ter proporcionado tantos momentos importantes, que (já) recordo com carinho e saudade.

À Direção da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, muito em particular, ao seu Diretor, Dr. José Ramos, bem como à sua Subdiretora, Dr.ª Arminda Alves, pela confiança que em mim depositaram, desde o primeiro dia, bem como às Adjuntas do Diretor, Dr.ª Rosária Diaz e Dr.ª Vera Padrão.

Ao Coordenador Pedagógico do Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Eng.º José Marques, pelo seu apoio.

Aos assessores da Direção da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Eng.ª Teresa Frada, Eng.º José Pombo e Eng.º José Paulo, pelo seu apoio.

Ao Departamento de Línguas e à sua coordenadora, Dr.ª Margarida Salabert, bem como ao Grupo Disciplinar de Português e ao seu representante, Dr. Luís Magalhães, por todo o apoio e confiança no meu desempenho.

Às minhas amigas e aos meus amigos, agradeço por tudo e a cada um(a) de forma particular e muito especial: à Carla Dias e ao António Rios, bem como aos seus filhos, Sofia e António; ao Nuno Carrola e à Élia Ferreira; ao Pedro Nuno Pereira Pinto e à Márcia Gil, bem como aos seus filhos, Afonso e Benedita, sem esquecer o Mário Nuno; à Adelaide e ao Miranda, bem como aos seus filhos, Nélia, André, Luís e Tiago; ao José Ramos e à Isabel Ramos, bem como aos seus filhos, Mariana, Bernardo, Mariana e Francisco; à Nini e ao

Raul; à Ana Paula e ao José Costa; à Patrícia Aranha Martins e à Antónia Aranha Martins.

Às minhas amigas e colegas, agradeço por tudo e a cada uma de forma particular e muito especial: à Adélia Silvestre, à Ana Macedo, à Ana Paula Costa, à Anabela Campos, à Arminda Alves, à Isabel Vaz, à Lígia Sousa, à Manuela Janeira, à Manuela Neiva, à Margarida Soares Pinho, à Maria Manuel Urbano, à Marina Vicente, à Marta Ceriz, à Nucha Barbosa, à Paula Pereira, à Rita Macedo, à Rosário Silva Moreira, à Teresa Frada, à Teresa Ramalheira, à Sonya Leite e à Virgínia Pinheiro.

À minha mãe, Manuela Costa Gomes, por ser quem sou.

À minha irmã, Joana Cardoso, por ser a minha companheira de sempre.

À memória do meu pai, Aurélio Cardoso.

À memória da minha avó, Maria Assunção Monteiro, pelas boas recordações da minha infância.

À memória do meu avô, António da Costa Gomes.

À memória da minha bisavó, Deolinda Pereira da Costa, pelas boas recordações da minha infância.

À minha avó, Maria do Céu Ferreira.

À memória do meu avô, Manuel Ferreira Rodrigues, pelas boas recordações da minha infância.

À minha tia avó, Maria Fernanda Costa Gomes.

À minha tia e madrinha, Maria José Costa Gomes e ao meu tio e (quase) padrinho, Tomás Fernandes, por todo o seu amor.

Aos meus tios e compadres, José Manuel Rodrigues e Celeste Martins.

Aos meus primos do coração: Sofia e Fernando, Pedro e Cleusa, José Pedro, Ana e Tiago Costa, Guilherme e Mariana.

Aos meus sogros, Filomena e Manuel, às minha cunhadas, Manuela e Fátima, ao meu cunhado, Emídio e aos meus sobrinhos, Ana Teresa, Catarina e João Pedro.

À minha enteada, Sofia Cachada, pela sua amizade.

Ao meu marido, José Mário Cachada, pela sua dedicação e pelo seu apoio à nossa família.

Ao meu filho António, por ser o melhor filho do mundo e do universo e por me fazer sentir a melhor mãe do mundo e do universo, como ele costuma dizer todas as noites.

Resumo

O presente relatório foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Supervisão Pedagógica.

Uma vez que o objetivo foi claramente o de apresentar um relatório detalhado sobre a minha atividade profissional, procurei não me limitar à reprodução dos meus conhecimentos e das minhas vivências no que à minha prática profissional diz respeito. Na verdade, ao longo do relatório, sempre que possível e sempre que me pareceu pertinente, procurei aventurar-me por caminhos como os do mundo da formação de professores e, porque não dizê-lo, do mundo da pedagogia e da didática.

Encontra-se organizado em quatro grandes capítulos, a saber: 1. Introdução; 2. Enquadramento da prática profissional, capítulo onde tratei de questões relativas ao macro contexto como, por exemplo, as questões de natureza concetual, nomeadamente a partir de uma revisão da literatura e onde dissertei acerca do contexto legal, do contexto institucional e do contexto de natureza funcional; 3. Realização da prática profissional, capítulo onde abordei temas como a concepção, as questões essenciais, as atividades desenvolvidas, as dificuldades, as estratégias e/ou as atividades de formação e os sistemas de avaliação e controlo do trabalho desenvolvido; 4. Conclusão e perspetivas para o futuro, capítulo onde, a propósito das conclusões, procurei, de igual modo, perspetivar o futuro, um futuro incerto mas que espero que passe por uma carreira de excelência como sempre ambicionei.

Palavras-chave: Supervisão Pedagógica; Ser professor(a); Avaliação do desempenho docente; Atividades letivas; Atividades não letivas; Relação pedagógica com os alunos; Formação contínua.

Abstract

This report was written within the course of “Sciences of Education”, leading to the master degree in Pedagogical Supervision in the Elementary and Secondary school.

The main goal was to tell my story as a teacher in detail, so I tried not to speak about my professional practice only, but also to focus on important issues, such as teacher training, didactics and pedagogy.

The report is organized in four chapters:

I. Introduction.
II. The framing of my professional practice: in this chapter I considered questions related to the macro context, such as all the conceptual items, starting with the literature revision. This procedure allowed me to talk about the entire legal, institutional and functional context.
III. Accomplishing a professional practice: in this chapter I tried to approach themes like conception, the main questions, the developed activities, all the difficulties, the strategies and the training courses and also the evaluation system and all the control upon the work developed throughout the school year.
IV. Conclusion and future perspectives: in this part of my essay I tried to mingle conclusions with future perspectives, since my professional future begins to be uncertain every year, beginning in August. Despite this problem, I hope I will be able to build a career of excellence; these were my plans since I remember.

Key-words: Pedagogical Supervision; Being a teacher; Teacher evaluation; School Activities; Non academic activities; Pedagogical relationship with students; Continuous trainning.

Índice geral

1. Introdução 1

2. Enquadramento da prática profissional 5

2. 1. O direito à educação 7

2.1.1. A Constituição da República Portuguesa 7

2.1.2. A Lei de Bases do Sistema Educativo 10

2. 2. Ser professor(a) 15

2.2.1. Ser professor(a) numa sociedade e numa escola em mudança 15

2.3. Ser professor (também) é ser líder 18

2.4. Ser professor(a) contratado(a) 20

2.5. A avaliação do desempenho docente – o caso dos(as) professores(as) contratados(as) 20

3. Realização da prática profissional 25

3.1. De Valbom a Matosinhos, passando pelos Arcos de Valdevez, por Cabo Verde, pelo Porto, por Esmoriz, por Águeda, por Armamar e pela Golegã 27

3.1.1. Distribuição de serviço 28

3.1.2. Atividades letivas e atividades não letivas 32

3.1.2.1. Atividades letivas 33

3.1.2.1.1. Atividades letivas – quatro casos (muito) particulares 36

3.1.2.2. Atividades não letivas 39

3.1.2.2.1. Atividades não letivas – o caso da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco 39

3.1.3. Relação pedagógica com os alunos 44

3.1.4. Formação contínua 46

4. Conclusão e perspetivas para o futuro 51

5. Referências bibliográficas e legislativas 55

5.1. Referências bibliográficas 57

5.2. Referências legislativas 59

Índice de abreviaturas

ADD – Avaliação do Desempenho dos Docentes.

B3 – Terceiro Ciclo do Ensino Básico.

CINEL – Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica.

CLC – Cultura, Linguagem e Comunicação.

EB 2,3 – Escola Básica com Segundo e Terceiro Ciclo.

FOCO/CIDESD - Formação Contínua de Professores / Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano.

NS – Nível Secundário.

n.º - número.

Secundária/3 – Secundária com Terceiro Ciclo.

1. Introdução

1. Introdução

"Há quase um ano não 'screvo

Pesada, a motivação

Torna-me alguém que não devo

Interromper na atenção.

Tenho saudades de mim,

De quando, de alma alheada,

Eu era não ser assim,

E os versos vinham de nada.

Hoje penso quanto faço,

'screvo sabendo o que digo...

Para quem desce do espaço

Esse crepúsculo antigo?"

(Pessoa, 1995, p. 53)

O presente relatório enquadra-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Supervisão Pedagógica, e nele procurei não me limitar à reprodução dos meus conhecimentos e das minhas vivências no que à minha prática profissional diz respeito. Assim sendo, procurei, sempre que possível e sempre que me pareceu pertinente, aventurar-me por caminhos como os do mundo da formação de professores e, porque não dizê-lo, do mundo da pedagogia e da didática.

O objetivo foi, no fundo, o de apresentar um relatório detalhado sobre a minha atividade profissional, que inclui a discussão das experiências, das vivências e das competências por mim adquiridas em contexto profissional.

Para além da presente introdução, o relatório está organizado de acordo com a seguinte estrutura: o enquadramento da prática profissional, a realização da prática profissional, as conclusões e as referências bibliográficas e legislativas.

No capítulo do enquadramento da prática profissional, tratei de questões relativas ao macro contexto como, por exemplo, as questões de natureza concetual, nomeadamente a partir de uma revisão da literatura. Dissertei, ainda, acerca do contexto legal, do contexto institucional e do contexto de natureza funcional.

No que diz respeito à realização da prática profissional, abordei temas como a conceção, as questões essenciais, as atividades desenvolvidas, as dificuldades, as estratégias e/ou as atividades de formação e os sistemas de avaliação e controlo do trabalho desenvolvido. Procurei realçar a singularidade da minha história de vida enquanto docente que se foi tecendo na sequência dos meus dias[1]. Neste capítulo, mais do que uma simples enumeração de factos, tentei deixar bem clara a expressão do modo como vivencio a função docente e como me vivo a mim própria nos diversos contextos da minha existência, de Valbom a Matosinhos, passando pelos Arcos de Valdevez, por Cabo Verde, pelo Porto, por Esmoriz, por Águeda, por Armamar e pela Golegã.

A propósito das conclusões do relatório que produzi, procurei perspetivar o futuro, um futuro incerto mas que, muito sinceramente, espero que passe por uma carreira de excelência como sempre ambicionei.

---

[1] No fundo, "trata-se de um conjunto de considerações, como que o diálogo de um professor de si consigo próprio que, por isso, só pode apoiar-se na sua experiência singular de docente e de formador e na sua experiência pessoal e profissional" (Moreira, 2010, p. 87).

2. Enquadramento da prática profissional

2. Enquadramento da prática profissional

2. 1. O direito à educação

2.1.1. A Constituição da República Portuguesa

A educação tem, hoje, de ser vista como uma necessidade da pessoa humana que se encontra consignada na lei. É na Constituição da República Portuguesa - que segundo Canotilho *et al.* (1991) se constitui como um ordenamento sistemático e racional da comunidade política, plasmado num documento escrito, mediante o qual são garantidos os direitos fundamentais - que se encontram consagrados, princípios estruturantes que definem e, de algum modo, balizam, entre outros, o poder constituinte, as linhas de força do princípio democrático, o sistema partidário, a organização do Estado, o sistema financeiro e fiscal, os direitos, os deveres e as garantias das pessoas. É pois natural que o direito à educação apareça, por assim dizer, consagrado na Constituição da República Portuguesa desde 1976. Na verdade, no que diz respeito à educação, a Constituição da República Portuguesa, considerada como o garante da unidade do sistema jurídico português, afirma claramente o seguinte:

Artigo 73.º (Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

No entanto, várias outras referências à educação, de forma mais ou menos explícita, são feitas na Constituição da República Portuguesa. Senão vejamos:

Artigo 74.º (Ensino)

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;

c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;

d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;

e) Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino;

f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;

g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;

h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;

i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;

j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Artigo 75.º (Ensino público, particular e cooperativo)

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2. O Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei.

Artigo 76.º (Universidade e acesso ao ensino superior)

1. O regime de acesso à Universidade e às demais instituições do ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.

2. As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

Artigo 77.º (Participação democrática no ensino)

1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.

2.1.2. A Lei de Bases do Sistema Educativo

A importância do direito à educação consignada na Constituição da República Portuguesa, tornou inevitável o aparecimento de uma lei-quadro da educação, ou seja, uma lei de bases, que tem, obviamente, de ser uma lei de alicerces de um determinado domínio jurídico, no caso em apreço do sistema educativo.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/1986, de 14 de outubro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/1997, de 19 de setembro e que sofreu, mais tarde, alterações e aditamentos, sendo republicada e renumerada, passando a denominar-se Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto) *estabelece o quadro geral do sistema educativo*[2] referindo, explicitamente, que *os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República*[3].

No que aos professores diz respeito, entre outras normas, a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece, desde a sua versão originária, que a progressão dos docentes na sua carreira[4] deve estar intimamente ligada à

[2] Artigo 1.º, n.º 1.

[3] Artigo 2.º, n.º 1.

[4] Sendo que, os(as) professores(as) contratados(as) não se encontram integrados(as) na carreira docente.

avaliação de toda a atividade por si desenvolvida e, ainda, que a formação contínua deve *assegurar o complemento, aprofundamento e atualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira*[5] (Graça *et al.*, 2011).

No entanto, a propósito dos professores, a Lei de Bases do Sistema Educativo não se fica apenas pelos aspetos da carreira e da formação contínua, bem pelo contrário, várias outras referências são feitas. Assim sendo, e para um melhor entendimento do tema e da problemática que o envolve, vejamos, em rápido percurso, os princípios que regulam o enquadramento e a vida profissional dos professores:

Capítulo IV – Recursos Humanos

Artigo 33º (Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)

1. A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicos e pedagógicos de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;

b) Formação contínua que complemente e atualize a formação inicial numa perspetiva de educação permanente;

c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;

d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

[5] Artigo 38.º, n.º 2.

e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;

f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante;

g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa;

h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2. A orientação e as atividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 34º (Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)

1. Os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário adquirem a qualificação profissional através de cursos superiores organizados de acordo com as necessidades do desempenho profissional no respetivo nível de educação e ensino.

2. O Governo define, por decreto-lei, os perfis de competência e de formação de educadores e professores para ingresso na carreira docente.

3. A formação dos educadores de infância e dos professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação e em estabelecimentos de ensino universitário.

4. O Governo define, por decreto-lei, os requisitos a que as escolas superiores de educação devem satisfazer para poderem ministrar cursos de formação inicial de professores do 3º ciclo do ensino básico, nomeadamente no que se

refere a recursos humanos e materiais, de forma que seja garantido o nível científico da formação adquirida.

5. A formação dos professores do ensino secundário realiza-se em estabelecimentos de ensino universitário.

6. A qualificação profissional dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário pode adquirir-se através de cursos de licenciatura que assegurem a formação na área da disciplina respetiva, complementados por formação pedagógica adequada.

7. A qualificação profissional dos professores do ensino secundário pode ainda adquirir-se através de cursos de licenciatura que assegurem a formação científica na área de docência respetiva, complementados por formação pedagógica adequada.

(…)

Artigo 36º (Qualificação para outras funções educativas)

1. Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em estabelecimentos de ensino superior que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2. Nas instituições de formação referidas no n.º 3 e no n.º 5 do artigo 34.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

(…)

Artigo 38º (Formação continua)

1. A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2. A formação contínua deve ser suficientemente diversificada (…).

3. A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4. Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 39º (Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação)

1. Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2. (…), individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3. Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

2. 2. Ser professor(a)

"Ser Professor(a)

É buscar dentro de cada um de nós forças para prosseguir, mesmo com toda pressão, toda tensão, toda falta de tempo (...) Ser professor(a) é se alimentar do conhecimento e fazer de si mesmo (a) janela aberta para o outro. Ser professor(a) é formar gerações, propiciar o questionamento e abrir as portas do saber. Ser professor(a) é lutar pela transformação... É formar e transformar, através das letras, das artes, dos números... Ser professor(a) é conhecer os limites do outro. E, ainda assim, acreditar que ele seja capaz... Ser professor (a) é também reconhecer que todos os dias são feitos para aprender... Sempre um pouco mais... Ser professor (a) é saber que o sonho é possível... É sonhar com a sociedade melhor... Inclusiva... Onde todos possam ter acesso ao saber... Ser professor(a) é também reconhecer que somos, acima de tudo, seres humanos, e que temos licença para rir, chorar, esbravejar. Porque assim também ajudamos a pensar e construir o mundo…"![6]

2.2.1. Ser professor(a) numa sociedade e numa escola em mudança

"Há a tendência para julgarmos que certos temas hoje em moda são coisa recente."

(Silva, 2008, p.3)

[6] *In* Jornal AconteCendo, número 22, Setembro de 2001. Consultado em 1 de maio de 2012, disponível em http://www.sinpro-abc.org.br/download/bol261.pdf.

A ideia de uma sociedade em mudança parece não ser um exclusivo dos nossos dias. Na verdade, já Luís Vaz de Camões se referia à questão da mudança:

"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,

Diferentes em tudo da esperança:

Do mal ficam as mágoas na lembrança,

E do bem (se algum houve) as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,

Que já coberto foi de neve fria,

E em mim converte em choro o doce canto.

E afora este mudar-se cada dia,

Outra mudança faz de mor espanto,

Que não se muda já como soía."[7]

Apesar de não ser propriamente uma "atitude" inovadora, podemos, no entanto, em pleno século XXI, constatar que esta mudança ocorre a velocidades próximas do estonteante, assumindo formas, por vezes, complexas, razão pela qual parece ser relativamente pacífico, que a sociedade atual se caracteriza por um ambiente muito dinâmico e em constante mudança. Mudança essa que, no caso das escolas mas não só, parece estar, de acordo com Azevedo (2007, p. 15), associada a um mais do que evidente "predomínio da vertente financeira e económica nos discursos enunciadores da globalização e parece também crescer, como irrecusável, a perda de poder económico e político nacional, a favor de instâncias de regulação transnacional".

Esta ideia de mudança, de acordo com Chiavenato (2000), corresponde a uma transição de uma situação para outra diferente, transição essa que implica rutura, transformação, perturbação, interrupção. Esta parece ser a tendência da escola atual.

Se a escola mudou, com ela, mudou o enquadramento da prática profissional do professor. Na verdade, confrontado com uma certa heterogeneidade de alunos na sala de aula, o professor, assumindo uma perspetiva de certa forma humanista, passou a ser visto mais como um orientador, um facilitador de aprendizagens, um educador ou, mesmo, um formador (Cachada, 2011).

Para além do processo de ensino e aprendizagem, nos dias de hoje, ao professor, exige-se uma panóplia de outras funções. Na verdade, a ligação do professor aos alunos extravasa, cada vez mais, o espaço da sala de aula,

---

[7] Luís Vaz de Camões é frequentemente considerado como o maior poeta de língua portuguesa e um dos maiores da humanidade.

alargando-se a uma mais ampla intervenção junto da comunidade, educativa e não só. Da planificação (plurianual, anual, por ciclo, por ano de escolaridade e por disciplina, entre outro tipo de planificações), à(s) matéria(s) a lecionar, espera-se, ainda, do professor que seja educador (substituindo-se, inúmeras vezes, ao papel dos pais, em particular, e da sociedade, em geral), que seja diretor de turma, que seja coordenador (de departamento, de grupo disciplinar, de ciclo, de ano, entre outros), que seja dinamizador de atividades (decorrente da sua intervenção no desenvolvimento do projeto educativo e do plano plurianual e anual de atividades), que assegure a vigilância de exames e de outro tipo de provas, bem como proceda à sua correção e que assegure as matrículas e a consequente formação de turmas.

Pode, assim, perceber-se que do professor se espera, na atualidade um papel muito abrangente e, sobretudo, mais complexo (Leandro, 2009), assente em "pesados" procedimentos, muitas das vezes, puramente administrativos, que, segundo Carrola (2010, p. 30) em nada promovem ou agilizam "mecanismos com vista à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem".

2.3. Ser professor (também) é ser líder

De acordo com Chiavenato (2000), a liderança tem sido, sem dúvida, um dos temas mais pesquisados e estudados nos últimos anos. Apesar disso, para Bilhim (2001) é, provavelmente, um daqueles de que menos se sabe.

"Sempre ouvi dizer que «a falar é que a gente se entende». E porque, ao tempo do início da divulgação desta máxima, se disparava primeiro um estalo e só depois se fazia o convite ao diálogo, importa inverter aqui e agora essa prática" (Cachada, 1990, p.13). Assim sendo, vamos começar, desde já, por tentar perceber o que é, afinal, liderança.

Quando se tem a visão simplista de que a capacidade de liderança é algo que nasce com as pessoas e "pronto", passa a não se assumir a responsabilidade de se formar novos líderes.

Com o paradigma descrito no parágrafo anterior, supõe-se que liderar é tão simples como encontrar pessoas com talento, como, por exemplo, quem escolhe "craques" para uma equipa de futebol. No entanto, na minha opinião, e, penso, numa visão mais avançada, liderar é, não só, encontrar talento nas pessoas, mas, também, fazer com que elas trabalhem juntas e de forma produtiva. Aliás, o futebol está repleto de fracassos à conta de um conjunto de "craques" que não formam uma verdadeira equipa.

Os professores inteligentes aprendem as qualidades de um líder, aplicando-as nas suas vidas e nas suas organizações. Na verdade, eles são capazes de melhorar, sobretudo, através de atitudes, a qualidade profissional das suas vidas.

No entanto, o grande problema é que a liderança, sendo algo que se aprende, é muito difícil de ensinar. Seja como for, mesmo não sendo fácil ensinar a liderança é, sempre, possível treiná-la (Pires, 2000). A este propósito, Senge (citado por Pires, 2000), afirma não ser possível ensinar às pessoas uma maneira de ser diferente, antes pelo contrário, deve procurar criar-se nas pessoas as condições para que elas possam descobrir de onde vem a sua mais do que natural capacidade para liderar.

E, assim sendo, o professor, nem sempre possui, é certo, as condições ideais para o fazer. Por vezes, o caminho é mesmo difícil e exige recomeços, como a reconstrução de um castelo de cartas que, entretanto, se desmoronou.

Eu, sou professora, ainda que contratada, há mais de quinze anos. Ao longo deste período, tenho trabalhado com algum sucesso junto de muitos alunos. “Aqui e ali, aconteceram também alguns naturais insucessos. (...) Muitas vezes, ao longo desses anos, quando escassearam êxitos retumbantes, reconheci que, apesar de tudo, entre os objectivos que me propus atingir, foi

quase sempre alcançado um dos mais importantes. Refiro-me ao grau de influência conseguido sobre aqueles que comigo trabalharam, tendo em vista a pretendida alteração positiva de atitudes e comportamentos. E liderar é isso mesmo" (Araújo, 2002, p.19).

2.4. Ser professor(a) contratado(a)

Licenciada em Ensino de Português e Inglês, com uma pós-graduação em Mediação Cultural e Literária, ambas pela Universidade do Minho, sou professora contratada, desde 10 de outubro 1996, quando, pela primeira vez, cheguei à Escola Secundária de Valbom. Tinha, então, 23 anos e era, ainda, estudante universitária.

Como Sísifo, pareço ter sido, a partir desse dia, condenada pelos deuses a rolar uma pedra, incessantemente, até o cimo de uma montanha, de onde a pedra cai de novo, por ação do seu próprio peso. Se, com Sísifo, os deuses terão pensado que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança, o mesmo parecem os deuses terem destinado para mim desde Valbom até Matosinhos, passando pelos Arcos de Valdevez, por Cabo Verde, pelo Porto, por Esmoriz, por Águeda, por Armamar e pela Golegã. Esta é, na verdade, uma metáfora dolorosa para muitos dos trabalhos modernos como é, cada vez mais, o de uma professora contratada: sem esperança.

2.5. A avaliação do desempenho docente – o caso dos(as) professores(as) contratados(as)

"Ao longo destes últimos anos, a Avaliação do Desempenho dos

Docentes (ADD) tem sido objeto de tratamento legislativo. (…) Até 2008, e de acordo com o legalmente estabelecido, os professores progrediam na carreira[8] mediante o cumprimento do tempo de serviço no escalão, a frequência de ações de formação continua e a apresentação de um relatório de reflexão crítica da atividade" (Graça *et al.*, 2011, p. 34). O Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro, procedeu à alteração[9] do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, mais propriamente no que diz respeito à efetivação *de um ambiente de estabilidade e de confiança nas escolas, à desburocratização dos métodos de trabalho e à avaliação das práticas e dos processos administrativos aplicados à gestão da Educação*. Ainda de acordo com este decreto-lei, *a criação de condições para a estabilidade e dignificação da profissão docente implica a necessidade de uma reforma do modelo de avaliação do desempenho dos docentes, visando simplificar o processo e promovendo, ainda assim, um regime exigente, rigoroso, autónomo e de responsabilidade*. No que à avaliação do desempenho docente diz respeito, o *presente diploma define, ainda, as grandes linhas de orientação do novo regime de avaliação do desempenho docente. Um modelo que se pretende orientado para a melhoria dos resultados escolares e da aprendizagem dos alunos e para a diminuição do abandono escolar, valorizando a atividade letiva e criando condições para que as escolas e os docentes se centrem no essencial da sua atividade: o ensino. Pretende-se, igualmente, incentivar o desenvolvimento profissional, reconhecer e premiar o mérito e as boas práticas, como condições essenciais da dignificação da profissão docente e da promoção da motivação dos professores. Neste sentido,*

---

[8] Sendo que, os(as) professores(as) contratados(as) não progridem na carreira, tão simplesmente, porque não se encontram nela integrados(as).

[9] O Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro, procedeu à décima primeira alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril e alterado pelos Decretos-Leis n.º 105/97, de 29 de abril, 1/98, de 2 de janeiro, 35/2003, de 27 de fevereiro, 121/2005, de 26 de julho, 229/2005, de 29 de dezembro, 224/2006, de 13 de novembro, 15/2007, de 19 de janeiro, 35/2007, de 15 de fevereiro, 270/2009, de 30 de setembro e 75/2010, de 23 de junho.

promove-se uma avaliação do desempenho docente assente na simplicidade, na desburocratização dos processos e na sua utilidade, tendo em vista a revitalização cultural das escolas e uma maior responsabilidade profissional.

No que à avaliação do desempenho dos docentes em regime de contrato a termo diz respeito, o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, refere explicitamente que esta se realiza no final do período de vigência do respetivo contrato e antes da eventual renovação da sua colocação, desde que o(s) docente(s) em causa tenha(m) prestado serviço docente efetivo durante, pelo menos, 180 dias.

E é, precisamente, através do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro[10], que se procede ao desenvolvimento dos princípios que presidiram ao estabelecimento de um novo regime de avaliação do desempenho docente instituído, como supra mencionado, pela décima primeira alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

O disposto nesse decreto regulamentar, *aplica-se aos docentes integrados na carreira, aos docentes em período probatório e aos docentes em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo (…) nos termos legalmente estabelecidos* (artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro). Neste decreto regulamentar, assume-se claramente que *a experiência colhida com modelos de avaliação do desempenho docente anteriores demonstrou a necessidade de garantir um modelo de avaliação que vise simplificar o processo e promova um regime exigente, rigoroso, onde se valorize a atividade lectiva e se criem condições para que as escolas e os docentes recentrem o essencial da sua atividade: o ensino e a aprendizagem.*

[10] O Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de junho.

Refere-se, ainda, que se tem *em vista uma avaliação do desempenho com procedimentos simples, com um mínimo de componentes e de indicadores e com processos de trabalho centrados na sua utilidade e no desenvolvimento profissional (…) tendo a preocupação de que todos os professores participem no processo sem prejudicar o seu trabalho com os alunos*, promovendo-se, por isso, *ciclos de avaliação mais longos, coincidindo com a duração dos escalões da carreira, permitindo uma maior tranquilidade na vida das escolas.*

Com esta nova attitude, pretende-se, ainda de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, potenciar *a dimensão formativa da avaliação e minimizam-se conflitos entre avaliadores e avaliados, regulando uma avaliação com uma natureza externa para os docentes em período probatório, no 2.º e 4.º escalões da carreira ou sempre que requeiram a atribuição da menção de Excelente, sendo que nos restantes escalões a avaliação tem uma natureza interna*, sendo que, a *avaliação externa é centrada na observação de aulas e no acompanhamento da prática pedagógica e científica do docente.*

Aqui chegados, importa perceber como se operacionalizou e/ou, ainda, se vai operacionalizar a avalição dos docentes que, como eu, se encontram em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, no presente ano letivo, na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, escola onde leciono atualmente.

Assim, na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, a Secção de Avaliação de Desempenho Docente foi, como determina o artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, constituída no seio do Conselho Pedagógico. Esta secção, tendo em atenção o definido no n.º 5, do artigo 30.º do supra citado decreto regulamentar, e no que à avaliação do desempenho dos docentes em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, deliberou que[11]:

[11] As alíneas seguintes foram adaptadas do documento entregue pelo Presidente da Secção de Avaliação de Desempenho Docente em reunião, expressamente convocada para o efeito, que teve lugar a 9 de maio de 2012, na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco.

a) a avaliação do desempenho dos docentes em regime de contrato de trabalho a termo se baseará, por um lado, no relatório de autoavaliação e, por outro lado, numa grelha de registo de observação a ser elaborada pela Secção de Avaliação de Desempenho Docente em conjunto com os avaliadores;

b) os avaliadores serão os coordenadores de departamento curricular;

c) o relatório de autoavaliação terá de ser elaborado nos termos do artigo 19.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro;

d) o calendário do processo de avaliação será o seguinte:

25 de junho – data limite para a entrega dos relatórios de autoavaliação;

02 de julho – reunião da Secção de Avaliação de Desempenho Docente para análise das propostas de classificação e atribuição das classificações finais;

04 de julho – comunicação aos avaliados do resultado da avaliação final;

e) os procedimentos de reclamação e recurso são regulamentados pelos artigos 24.º e 25.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro;

f) o processo deverá estar concluído até ao dia 31 de julho de 2012.

Na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco parecem, pois, estar cumpridos os pressupostos definidos pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, no que à avaliação do desempenho dos docentes em regime de contrato de trabalho a termo diz respeito, para o ano letivo de 2011/2012.

3. Realização da prática profissional

3. Realização da prática profissional

> *"Ponto de ordem à mesa. Antes de prosseguirmos com esta instrutiva e definitiva história (...) a que, com nunca visto atrevimento, metemos ombros, talvez seja aconselhável, para que o leitor não se veja confundido (...) introduzir algum critério na cronologia dos acontecimentos".*
>
> (Saramago, 2009, p. 15)

Ao longo deste capítulo tentarei, mais do que uma simples enumeração de factos detalhados sobre a minha atividade profissional, deixar bem clara a expressão do modo como vivencio a função docente, através da discussão das experiências[12] e competências adquiridas em contexto profissional, e como me vivo a mim própria nos diversos contextos da minha existência, realçando, no fundo, a singularidade da minha história de vida enquanto docente que se vem tecendo na sequência dos meus dias.

[12] Experiências essas que podem, por vezes, ser constituídas por memórias que poderão estar "nubladas" pelo tempo.

3.1. De Valbom a Matosinhos, passando pelos Arcos de Valdevez, por Cabo Verde, pelo Porto, por Esmoriz, por Águeda, por Armamar e pela Golegã

3.1.1. Distribuição de serviço

Tenho mantido, ao longo dos anos letivos a que se reporta este documento, excelentes níveis de assiduidade, tendo sempre assegurado o cumprimento do serviço que me foi distribuído. Tenho sido sempre pontual e cumprido todos os prazos impostos pela(s) escola(s). Tenho, ainda, participado em todas as reuniões gerais, nos conselhos de turma e nos conselhos de departamento e de grupo disciplinar, bem como em todas as reuniões das equipa pedagógicas das turmas de Educação e Formação de Adultos.

Assim sendo, considero que tenho cumprido todos os meus deveres profissionais e realizado todas as tarefas que me foram até hoje distribuídas, tanto pelos conselhos de departamento, como pelos conselhos de turma e/ou pelos conselhos de curso, conforme o caso.

Escola Secundária de Valbom

No ano letivo de 1996/1997, mais propriamente, no dia 16 de outubro de 1996, embora ainda fosse estudante do quarto ano da licenciatura em Ensino de Português e Inglês na Universidade do Minho, dava início à minha "caminhada" como professora contratada na Escola Secundária de Valbom. Aí leccionei, com sucesso, embora pela primeira vez, a disciplina de Inglês a alunos do sétimo, oitavo, nono e décimo primeiro ano de escolaridade.

Escola Secundária Alcaides de Faria

No ano lectivo seguinte, mais propriamente a partir do dia 1 de Setembro de 1997, dava continuidade à minha "caminhada" como professora contratada, na Escola Secundária Alcaides de Faria, com a particularidade de me encontrar em situação de estágio, a lecionar as disciplinas de Português e de Inglês a alunos do sétimo e do décimo ano de escolaridade.

Escola Secundária de Arcos de Valdevez

A 8 de outubro de 1999, ou seja, no ano lectivo de 1999/2000, depois de ter passado um ano letivo no desemprego, voltei a lecionar, como professora contratada na Escola Secundária de Arcos de Valdevez. Aí lecionei a disciplina de Inglês a alunos do sétimo, do nono e do décimo ano de escolaridade. E, pela primeira vez, exerci as funções de Diretora de Turma e Coordenadora do nono ano de escolaridade.

Escola Secundária da Ribeira Grande, Santo Antão, Cabo Verde

No ano letivo seguinte, 2000/2001, entusiasmada com a perspetiva de poder exercer, durante um ano letivo completo, a minha profissão, parti rumo a Cabo Verde, como professora cooperante, para lecionar na Escola Secundária da Ribeira Grande, Santo Antão, Cabo Verde. Aí lecionei a disciplina de Inglês a alunos do décimo e do décimo primeiro ano de escolaridade. Exerci, de igual modo, as funções de Diretora de turma e de Coordenadora do grupo de Inglês.

Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica – CINEL

De regresso a Portugal, depois de uma gravidez de alto risco e de um parto prematuro, eis que o desemprego surge de novo como a única "opção"

para mim, como professora numa escola pública. Mas, porque não me queria adaptar a esta "opção", procurei alternativas e acabei por ingressar, como formadora externa da disciplina de Português, de Português para estrangeiros, de Inglês e de Desenvolvimento Pessoal e Social, com experiência relevante em Educação de Adultos, no CINEL – Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica – no Porto, de 2001/2002 a 2005/2006.

Escola Secundária/3 de Esmoriz

Só no ano letivo de 2007/2008, consegui regressar a uma escola pública, de novo como professora contratada, mais propriamente na Escola Secundária/3 de Esmoriz.

EB 2,3 Gomes Teixeira, Armamar

No ano letivo de 2007/2008, qual Sísifo, "passei" ainda, como professora contratada pela EB 2,3 Gomes Teixeira, em Armamar, onde lecionei cursos de Educação e Formação de Adultos, nível secundário, mais concretamente na área de Cultura Língua e Comunicação, exercendo, de igual modo o cargo de Mediadora de Cursos de Educação e Formação de Adultos.

Escola Secundária Marques Castilho, Águeda

No ano letivo seguinte, 2008/2009, lecionei, de igual modo, em duas escolas públicas, como professora contratada. Comecei em Águeda, na Escola Secundária Marques Castilho, onde lecionei Cursos de Educação e Formação de Adultos e a disciplina de Português a alunos do décimo segundo ano de escolaridade.

Escola Secundária António Nobre

Ainda no ano lectivo de 2008/2009, fui "colocada", como professora contratada, na Escola Secundária António Nobre, onde lecionei a disciplina de Inglês a alunos do sétimo e do décimo ano de escolaridade.

Agrupamento Vertical de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No ano letivo seguinte, 2009/2010, fui "colocada", como professora contratada, no Agrupamento Vertical de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, onde lecionei a disciplina de Inglês a alunos do sétimo ano de escolaridade e a alunos de Cursos de Educação e Formação de Adultos. Lecionei, ainda, a "disciplina" de Estudo Acompanhado a alunos do sexto ano de escolaridade.

Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco

No ano letivo de 2009/2010, depois de uma passagem "fugaz" pela Golegã, "cheguei", finalmente, à Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, onde ainda hoje leciono, embora como professora contratada.

Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco - 2009/2010

No primeiro ano lectivo como professora contratada na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, lecionei a disciplina de Português Língua Não Materna a alunos do nono ano de escolaridade, bem como Cursos de Educação e Formação de Adultos (Básico e Secundário). Importa sublinhar que parte substancial das minhas aulas é lecionada a alunos reclusos no Estabelecimento Prisional do Porto – Custóias.

Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco - 2010/2011

No ano letivo seguinte, dei sequência ao trabalho de lecionação da disciplina de Português Língua Não Materna a alunos do nono ano de escolaridade, bem como a alunos dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Básico e Secundário), acrescido da lecionação da disciplina Português a alunos do décimo ano de escolaridade (educação especial). Importa sublinhar que parte substancial das minhas aulas é lecionada a alunos reclusos no Estabelecimento Prisional do Porto – Custóias.

Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco - 2011/2012

No presente ano letivo, 2011/2012, leciono, de novo, Cursos de Educação e Formação de Adultos (Básico e Secundário), a disciplina de Português a alunos do décimo ano de escolaridade, bem como a disciplina de Língua Portuguesa a uma aluna do ensino especial do nono ano de escolaridade. Importa sublinhar que parte substancial das minhas aulas é lecionada a alunos reclusos no Estabelecimento Prisional do Porto – Custóias.

3.1.2. Atividades letivas e atividades não letivas

> *"Tornar-se professor constitui um processo complexo, dinâmico e evolutivo que compreende um conjunto variado de aprendizagens e experiências ao longo das diferentes etapas formativas."*
>
> (Pacheco e Flores, 1999, p. 45)

O meu empenhamento nas atividades da(s) escola(s), sejam elas letivas, sejam elas não letivas, tem sido, na minha opinião, inequívoco, trabalhando, sempre, em equipa com os colegas de grupo disciplinar e, também, com colegas de outras áreas disciplinares, seja na realização de materiais pedagógicos, seja na organização de atividades variadas ou, ainda, na permuta e na substituição de colegas sempre que necessário.

3.1.2.1. Atividades letivas

No que às atividade letivas diz respeito, ao longo dos anos letivos a que se reporta este documento, tenho:

- demonstrado um elevado conhecimento científico, pedagógico e didático no que às minhas disciplinas/área disciplinar diz respeito;
- planificado com elevado rigor, integrando de forma coerente e inovadora propostas de atividades, meios/recursos e tipos diferenciados de avaliação das aprendizagens;
- promovido consistentemente a articulação com outras disciplinas/áreas curriculares, bem como procedido à planificação conjunta com os pares procurando constituir-me, desta forma, como uma referência para o desempenho dos colegas com quem já trabalhei;
- utilizado, sistematicamente, processos de monitorização do meu desempenho e reorientado a minha ação educativa, sempre que necessário;
- cumprido com rigor os objetivos, as orientações curriculares e os programas das disciplinas e áreas disciplinares;
- desenvolvido atividades pertinentes, motivadoras e criativas/inovadoras tendo em conta, sempre que necessário, os conhecimentos prévios dos alunos/formandos;
- desenvolvido a planificação, gerindo o tempo de modo adequado;

- comunicado com elevado rigor científico, de forma clara, adequando o discurso ao nível etário dos alunos/formandos, promovendo formas de interação que incorporaram os contributos dos alunos/formandos;
- utilizado de modo correto os recursos selecionados explorando-os de forma motivadora e inovadora;
- promovido, com rigor, atividades motivadoras e diversificadas, com vista à promoção do trabalho autónomo, orientando e monitorizando os métodos de trabalho/estudo de acordo com os diferentes ritmos de aprendizagem;
- promovido a reflexão sobre as aprendizagens e os métodos de trabalho/estudo;
- promovido ambientes de aprendizagem em que predomina o respeito mútuo e a interação, estimulando positivamente os alunos/formandos;
- revelado elevada disponibilidade para apoiar os alunos/formandos e demonstrado muita empatia na relação com os mesmos;
- gerido com muita segurança e flexibilidade, pela antecipação, situações problemáticas e conflitos interpessoais que pudessem vir a ocorrer e que, assim sendo, acabaram, na maioria das vezes, por não ocorrer;
- promovido, criteriosamente, a participação de todos os alunos/formandos em condições de igualdade, informando-os sobre os seus progressos e necessidades de melhoria, reforçando-os positivamente, sempre que necessário;
- utilizado processos diversificados e motivadores na monitorização das suas aprendizagens;
- concebido e implementado estratégias de avaliação diversificadas, rigorosas e pertinentes tendo, ainda, desenvolvido atividades de avaliação das aprendizagens dos alunos/formandos para efeitos de diagnóstico, de regulação do processo de ensino, de avaliação e de certificação de resultados, quando aplicável;
- monitorizado, sistematicamente, o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos/formandos, refletido sobre os seus resultados tendo, ainda, formulado hipóteses explicativas.

A planificação[13] do processo de ensino e aprendizagem tem sido por mim elaborada de acordo, quer com as indicações dos programas curriculares, quer tendo em atenção as decisões tomadas em sede de departamento e de grupo disciplinar. Assim sendo, os planos de aula por mim "construídos" procuram ser ajustados à planificação a médio prazo e à planificação anual realizada no âmbito do conselho de departamento e de grupo disciplinar e, no caso das turmas de Educação e Formação de Adultos, considerando sempre o Referencial de Competências. Tenho procurado, ainda, e muito naturalmente, recolher informações sobre as necessidades e as características dos alunos das turmas a que tenho lecionado, bem como procurado saber quais as suas necessidades e as suas características mais prementes, de forma a assegurar o seu desenvolvimento e o seu êxito tanto a nível científico como a nível humano.

Por outro lado, e sempre que necessário, tenho procedido à elaboração de planos de recuperação para os alunos/formandos com mais dificuldades. Com esta minha atitude, tenho procurado recuperar o máximo possível de alunos, dedicando mais tempo e mais recursos aos que apresentam mais dificuldades. A este propósito, procuro, ainda, potenciar o desenvolvimento máximo das aprendizagens a todos os alunos, envolvendo, para isso, os alunos mais adiantados no apoio aos que revelaram mais dificuldades, sempre em articulação com os respetivos diretores de turma, de forma a desenvolver o trabalho em equipa.

Na sala de aula, os recursos que tenho, normalmente, utilizado são os seguintes: as tecnologias da informação e comunicação, as fichas de trabalho individualizadas e os manuais escolares. No que às estratégias diz respeito, tenho desenvolvido, preferencialmente, as seguintes: trabalhos de grupo,

---

[13] A tarefa de planificação, segundo Bento (2003, p. 58), traduz-se numa "antecipação mental do ensino".

leitura e interpretação de textos, resolução de questionários, exploração de fichas informativas, de imagens e de *PowerPoint*, pesquisa na *Internet*, audição de poemas e de outros textos e resolução de exercícios de funcionamento da língua.

Todas as atividades letivas por mim promovidas decorreram de forma organizada e os objetivos a que me propus foram cumpridos, embora, por vezes, os alunos demonstrassem dificuldades várias, como, por exemplo: a falta de hábitos de trabalho, dificuldades na aplicação de conhecimentos, falta de organização e concentração nas atividades letivas, bem como falta de motivação e empenho de alguns alunos. Assim sendo, disponibilizei-me, desde sempre, para apoiar os alunos, esclarecendo dúvidas sempre que me foi solicitado. No início de cada aula, procuro realizar uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior e, sempre que considero necessário, volto a explicar os mesmos. Para apoiar os alunos com mais dificuldade, tenho-me disponibilizado, ao longo dos anos, para lhes prestar apoio extra e facilito-lhes material, na aula e por e-mail.

3.1.2.1.1. Atividades letivas - quatro casos (muito) particulares

Lecionei ao longo dos anos a alguns alunos a quem faltava o devido apoio familiar e que, deste modo, não tinham asseguradas as condições mínimas para o estudo. Outros alunos, pelo motivo de faltarem muito, tiveram mais dificuldade em beneficiar do apoio pedagógico. Outros, ainda, demonstraram não possuir um nível mínimo de pré-requisitos para acompanharem as tarefas requeridas pelo processo de ensino e aprendizagem.

Procurei, então, valorizar a identidade e a história de vida de cada aluno/formando, bem como as suas experiências pessoais, procurando adaptar-me ao ritmo de aprendizagem de cada um. Essa postura pareceu-me,

desde sempre, a mais lógica e a mais correta, pois, deste modo, foi-me possível avaliar e introduzir conteúdos a ritmos diferentes e através de processos diferentes, de acordo com as reais necessidades de cada um dos alunos/formandos.

Destacaria, a este propósito:

a) As aulas lecionadas na Escola Secundária da Ribeira Grande, Santo Antão, em Cabo Verde, ao longo do ano letivo 2000/2001, a alunos do décimo e do décimo primeiro ano de escolaridade, na disciplina de Inglês. Apesar de ter sido, indubitavelmente, uma experiência pessoal e profissional enriquecedora, foram vários os problemas com que me deparei. A nível pessoal poderia, por exemplo, realçar os diversos problemas relacionados com os pagamentos iniciais, por parte do governo português, do meu vencimento, bem como com a realidade de pobreza extrema do local onde vivia, o que me impedia de aceder a bens essenciais como, por exemplo, a alimentação e a saúde, neste caso, acrescido do facto de me encontrar grávida, que se veio a verificar ser de alto risco. A nível profissional poderia, por exemplo, realçar as dificuldades de aceitação dos professores portugueses (especialmente aqueles a quem, como eu, foram atribuídos cargos de coordenação) por parte dos professores cabo-verdianos. Poderia, ainda, a este propósito, realçar as dificuldades em coordenar o modo como a disciplina de inglês era lecionada, nomeadamente pelo facto das estratégias utilizadas estarem há muito ultrapassadas. No entanto, no que aos alunos diz respeito, apesar da sua falta de pré-requisitos básicos e das turmas serem, genericamente, de (quase) cinquenta alunos, estes eram extremamente interessados e educados e, sobretudo, respeitavam a figura do professor.

b) O caso de uma aluna que sofre de “mutismo seletivo” a quem dei aulas de apoio de Português, na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, ao longo do ano letivo 2010/2011, trabalhando em colaboração com a professora titular da disciplina e com a diretora de turma. Esta aluna apresentava várias dificuldades, relacionadas com a interpretação de todo o tipo de textos. Ao longo do 2.º e do 3.º período, desenvolvi com a referida aluna diversas atividades, cujo objetivo visava a superação destas lacunas. A aluna registou alguma evolução, que não foi, no entanto, suficiente para alcançar uma nota positiva à disciplina de Português. No entanto, no ano letivo seguinte, e dando continuidade às minhas aulas de apoio, bem como ao trabalho cooperativo com a professora titular da disciplina e com a diretora de turma, “consegui” que a aluna registasse uma evolução relevante, que culminou com a aluna a alcançar, pela primeira vez, uma nota positiva à disciplina de Português.

c) As aulas lecionadas a alunos reclusos no Estabelecimento Prisional do Porto – Custóias (como parte integrante da minha componente letiva da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, ao longo dos anos letivos 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Vários são os problemas com que se depara um professor a lecionar neste âmbito, nomeadamente, ao nível da instabilidade de alguns alunos, situação que naturalmente, não poderei, aqui, “concretizar”. Posso, no entanto, afirmar que, apesar da falta de pré-requisitos dos alunos, sobretudo ao nível da interpretação na leitura e na escrita, o relacionamento que com eles mantenho é muito bom e que, para além do ensino da disciplina de “Linguagem e Comunicação”, “faço” muitas vezes de psicóloga.

d) E, por último, mas não menos importante, bem pelo contrário, o caso de uma aluna doente oncológica, leucemia, a quem tenho lecionado aulas de Português, na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco ao longo do ano letivo 2011/2012. Ensino doméstico, muito para além do horário letivo, por vezes nas interrupções das atividades letivas e feriados, porque inevitavelmente se cria uma relação afetiva muito profunda com uma jovem como esta que, no fundo, se apoia muito no(a) professor(a) talvez porque, por um lado, quer muito aprender e, por outro lado, quer muito socializar e quer muito afeto e sente que a professora está muito disponível para isso. Ser professor(a), também, é "isto"...

3.1.2.2. Atividades não letivas

Ao longo dos anos letivos a que se reporta este documento, sempre me empenhei no desenvolvimento dos projetos das escolas, reconhecendo a importância da dimensão comunitária na ação educativa. Assim sendo, nesta área, procurei sempre dinamizar várias atividades, pois entendo que a criatividade, a cultura e a ligação à comunidade em geral são fundamentais para o nosso sucesso enquanto professores e formadores.

3.1.2.2.1. Atividades não letivas – o caso da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco

Este é, na minha opinião, um dos capítulos em que a nossa intervenção tem sido mais realçada. De modo a não tornar demasiado fastidioso este ponto do presente relatório apresentarei, a título de exemplo, as atividades não letivas em que participei, promovi e/ou desenvolvi na Escola Secundária/3 João

Gonçalves Zarco ao longo dos três últimos anos letivos, dando continuidade ao meu grande desejo, profissional, de intervenção nas atividades não letivas das escolas, por onde tenho passado. Assim, "desenvolvi" as seguintes ações na escola e no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias:

- Organizei e participei na visita de estudo à exposição "O Rio da Memória", na Câmara Municipal de Matosinhos, no dia 15 de dezembro de 2009, com a turma de Educação e Formação de Adultos 2.º A.
- Participei na ação de formação "Apresentação da Escola Virtual", no 1.º período (ano letivo 2009/2010), destinada ao departamento de Línguas.
- Dinamizei a mostra do filme "O Rapaz do Pijama às Riscas", no auditório da escola, às turmas do 9.º ano, no dia 14 de janeiro de 2010.
- Fiz parte da equipa de organizou a atividade "Cantar as Janeiras", no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 20 de janeiro de 2010.
- Dinamizei o "Dia da Árvore", no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 21 de março de 2010.
- Participei nas atividades relacionadas com "O Dia Mundial dos Direitos do Homem", no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, ao longo do 2.º período (ano letivo 2009/2010).
- Participei na visita de estudo ao museu MARCO, em Vigo, com as turmas de 9º ano, no dia 26 de março de 2010.
- Organizei e dinamizei a palestra "O Impacto da Petrogal em Matosinhos", realizada no auditório da escola, no dia 15 de abril de 2010.
- Participei na elaboração do jornal "Saber é Fundamental", das turmas de Educação e Formação de Adultos / NS do Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 30 de abril de 2010.
- Participei na organização da palestra "Alimentação e Hábitos Saudáveis", realizada no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 7 de maio de 2010.

- Fiz parte da equipa que dinamizou a palestra “Medicinas Complementares”, com a turma de Educação e Formação de Adultos / NS 2.º A, no auditório da escola, no dia 31 de maio de 2010.
- Fiz parte da equipa que dinamizou e acompanhou os alunos do 9.º ano de escolaridade, na ida ao Teatro do Campo Alegre para assistir à peça “Auto da Barca do Inferno” de Gil Vicente, numa encenação de António Feio, no dia 6 de maio de 2010.
- Organizei a palestra “Saúde e Bem – estar”, a realizar no dia 30 de junho de 2010, no auditório da escola, com a turma de Educação e Formação de Adultos / NS 2.º A.
- Participei na Mostra da Oferta Formativa da Escola e na Mostra dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, que se realizaram no 3º período (ano letivo 2009/2010).
- Organizei e participei na elaboração de cartazes - Conselhos Eficiência Energética, com as turmas de Educação e Formação de Adultos B3 do Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que decorreu entre 1 e 29 de outubro de 2010, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias.
- Colaborei na elaboração de protótipos de Energias Renováveis (hidráulica, solar e eólica), com as turmas de Educação e Formação de Adultos B3, do Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, atividade que teve lugar entre 2 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias.
- Participei na palestra “Os Direitos do Homem”, dinamizada por um representante da Amnistia Internacional, que se realizou no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, a que assistiram todas as turmas de Educação e Formação de Adultos, no dia 28 de fevereiro de 2011.
- Dinamizei o Torneio de Basquetebol - Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias / Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo, torneio lúdico-recreativo de "Basquetebol 3x3", no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, com a participação de todas as turmas de Educação e Formação de Adultos, no dia 18 de março de 2011.

- Organizei a Palestra “Falares”, com o escritor João Carlos Brito, que decorreu no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 31 de março de 2011, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias.
- Participei na palestra “Os Monumentos de Matosinhos”, com a Dra. Conceição Pires (Câmara Municipal de Matosinhos), no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 16 de maio de 2011.
- Organizei e divulguei a palestra “Linguagem e Ser”, com o Dr. Jorge Mendonça, que teve lugar no auditório da escola, no dia 18 de maio de 2011.
- Participei na palestra sobre “As Sete Maravilhas de Matosinhos”, dinamizada pelo Dr. Joel Cleto (Câmara Municipal de Matosinhos), no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, no dia 26 de maio de 2011.
- Participei na elaboração de maquetas das “Sete Maravilhas de Matosinhos”, com as turmas de Educação e Formação de Adultos B3 e de Educação e Formação de Adultos NS, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, desde 22 de março até 30 de junho de 2011.
- Dinamizei e participei no “Dia da Escola” no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que incluiu atividades desportivas (com a colaboração de professores e alunos/atletas do Desporto Escolar da Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo) e uma merenda, com a participação de todos os formandos, professores, do diretor e outros elementos dos órgãos de gestão da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, que se realizou no dia 8 de junho de 2011.
- Exposição de cartazes e formação sobre o acordo ortográfico, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 10 de fevereiro de 2012.
- “Direitos Humanos”: exposição e debate, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 20 de março de 2012.
- Visionamento do filme “Jaime”, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 22 de março de 2012.

- Sessão de perguntas e respostas com o ator Saúl Fonseca, protagonista do filme “Jaime”, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 22 de março de 2012.
- Visionamento do filme “Nada a Declarar”, seguido de debate, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 11 de abril de 2012.

- Competição entre turmas: jogo sobre o acordo ortográfico, no Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 13 de abril de 2012.

- Palestra “As Drogas e o Cérebro”, dinamizada pela Dr.ª Teresa Summavielle, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 16 de abril de 2012.
- Workshop sobre cravos, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou na semana anterior ao dia 25 de abril.
- Palestra “Para a poesia não há prisão”, comemoração do 25 de abril, dinamização do Dr. Joel Cleto, Estabelecimento Prisional do Porto - Custóias, que se realizou no dia 26 de abril de2012.
- Palestra com a enfermeira Patrícia Mota, “Educação Sexual: reflexão e debate”, no âmbito da área disciplinar de Formação Cívica, da qual sou responsável na turma 10º1, auditório da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, Matosinhos, que se realizou no dia 14 de maio de 2012.
- Palestra com a escritora de livros juvenis, Luísa Beltrão, auditório da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, Matosinhos, que se realizou no dia 18 de maio de 2012.
- Palestra: “Literatura Portuguesa: da Idade Média à atualidade. Na última sessão de CLC da turma de Educação e Formação de Adultos TAG há conversa com António Nabais…”, auditório da Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, Matosinhos, que se realizou no dia 21 de maio de 2012.

Mais do que participar, realizar ou coordenar muitas atividades, foi minha intenção organizá-las de um modo racional e equilibrado, não prescindindo nunca da colaboração, por um lado, dos professores do meu departamento, do meu grupo disciplinar, de outros departamentos e/ou grupos disciplinares e da direção da escola e, por outro lado, dos alunos, integrando, os últimos, sempre que possível na gestão e na organização das atividades, anteriormente mencionadas, com o objetivo altamente formativo de desenvolver a sua iniciativa e a sua capacidade de decisão, bem como a consciência clara da responsabilidade assumida e da integração voluntária numa atividade de âmbito coletiva (Carvalho, 1977).

3.1.3. Relação pedagógica com os alunos

> *"Depressa viram que os meninos trabalhavam muito melhor quando se sentiam amados e que o afecto era a única maneira de comunicar com eles"*
>
> (Allende citado por Sêco, 1997, p. 11).

A relação pedagógica que estabeleci ao longo dos anos com os alunos foi excelente. Segundo Carvalho (1977), o êxito escolar dos nossos alunos parece estar dependente não só dos aspetos intelectuais mas, também, dos aspetos afetivos. Assim sendo, sempre tratei todos os meus alunos pelo seu nome e conversei com eles dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da escola. Tenho estado sempre disponível para os ajudar a resolver os seus problemas, bem como disponibilizado para os ouvir e para os ajudar, sempre com a maior prudência e com o maior bom senso. De uma forma simples, procuro estimular a sua autonomia, bem como o sentido e o espírito crítico e, ainda, a ponderação antes de qualquer ato. Valorizo, desde sempre, as suas qualidades humanas, sobretudo a sinceridade, a interajuda, a compreensão, a

tolerância e a amizade, como base da sua formação e do seu desenvolvimento pessoal. Sobretudo porque, como afirma (Amado, 2005), o ato de ensinar envolve uma atividade interpessoal que pressupõe, muito naturalmente, um processo intencional e específico, numa relação recíproca entre os seus intervenientes, ou seja, o(s) professor(es) e o(s) aluno(s), tendo como fim objetivos, não só, educacionais, mas também, humanos,

No que às questões da disciplina diz respeito, sempre procurei dar a conhecer, logo no início de cada ano letivo, as regras a respeitar dentro e fora da sala de aula, bem como reforçar, com frequência, a necessidade de as respeitar. Talvez por isso, na minha presença, não tenham sido registados problemas disciplinares de relevo. Esforço-me, sempre, por criar na aula um ambiente caloroso e de incentivo o que, sem dúvida, atua como agente facilitador da aprendizagem dos alunos/formandos. A facilidade com que tenho conseguido estabelecer excelentes relações com os alunos/formandos, criando um bom clima de aula, tem tido, normalmente, como resultado que os alunos/formandos já entram motivados para as aulas. A relação pedagógica professor(a) – aluno/formando fica, pois, deste modo, facilitada.

Acresce o facto de sempre me ter disponibilizado, ao longo dos anos, para apoiar os alunos/formandos, quer nas aulas, quer esclarecendo dúvidas, de modo mais ou menos informal, sempre que solicitado. De um modo geral, as estratégias adotadas e utilizadas na informação das matérias sempre se mostraram eficazes. Gostaríamos, no entanto, de realçar a utilização do *feedback* pedagógico, uma vez que, este tem assumido um papel importante no êxito da aprendizagem dos nossos alunos/formandos. Foi e será sempre nosso propósito apoiar a prática dos nossos alunos/formandos com a utilização do *feedback* pedagógico. O incentivo e o encorajamento dado nos momentos oportunos revelaram-se eficazes, provocando um grande empenhamento, tão necessário ao sucesso dos nossos alunos/formandos na aprendizagem. Cumpri sempre os desígnios da avaliação, no respeito pelos critérios de avaliação da(s) escola(s). Realizo, todos os anos letivos, avaliação diagnóstica, formativa e sumativa com todos os meus alunos/formandos. Promovo, de igual

modo, a autoavaliação. E, sobretudo, nunca "permiti/permito" que algum aluno/formando fique para trás ou, mesmo, desista.

3.1.4. Formação contínua

> *"Hoje é inquestionável que a formação ao longo da vida é uma resposta necessária aos desafios de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional".*
>
> (Gonçalves, 2009, p. 25)

De acordo com Moreira (2010, p. 17), a "formação contínua de professores constituiu-se, nas últimas décadas, como uma das principais preocupações da política educativa portuguesa, enquanto condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino através da qualificação e da capacitação dos docentes".

Desde 1986 que a formação contínua de professores se encontra consagrada na lei, devendo *assegurar o complemento, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos e de competências* profissionais, "bem como possibilitar a progressão na carreira (artigos 35.º / 38.º)" (Graça *et al*, 2011, p. 34) da Lei de Bases do Sistema Educativo[14]. Na sequência da publicação desta lei, mais propriamente a 11 de outubro de 1989, o Decreto–Lei n.º 344/89, vem reconhecer a importância da formação contínua nos domínios das competências científica e pedagógica dos docentes referindo, explicitamente, que a formação contínua constitui uma condição para a progressão dos docentes na sua carreira, bem como, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 242/92, de 9 de novembro, considerar "as instituições de ensino

[14] Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada e renumerada para a Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto.

superior especialmente vocacionadas para a formação contínua, indicando, no entanto, outras entidades que podem levar a cabo ações de formação, entre elas, os centros de formação das associações de escolas" (Moreira, 2010, p. 17).

Daí para cá, várias foram as alterações "introduzidas por diversos normativos legais, numa tentativa de dar resposta às exigências legalmente instituídas, com vista ao cumprimento das orientações emanadas da tutela e à regulamentação da progressão na carreira docente" (idem, p. 18), de entre as quais importa destacar o Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de novembro, que veio estabelecer o regime jurídico da formação contínua de professores, bem como definir o respetivo sistema de coordenação, o Decreto-Lei n.º 155/99, de 10 de maio, que procedeu à alteração do regime jurídico da formação contínua de professores e, ainda, as alterações introduzidas pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro.

Parece, pois, ser hoje "inquestionável que a formação ao longo da vida é uma resposta necessária aos desafios de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional" (Gonçalves, 2009, p. 25).

Dando relevância ao pensamento dos autores anteriormente enunciados, no que à formação contínua de professores diz respeito, tenho investido, por iniciativa própria, numa formação permanente ao longo da vida, mais propriamente ao longo dos anos letivos a que se reporta este relatório.

Assim e porque fazer formação, mais do que uma consciência profissional inerente a todas as profissões, se trata de uma ética própria do conhecimento, que anima, ou pelo menos deveria animar, todo o investigador que não se considera como um simples funcionário tem sido, como habitualmente, minha preocupação melhorar os meus conhecimentos científicos, didáticos e pedagógicos, nomeadamente, através da participação em inúmeras ações de formação.

Deste modo, durante os anos letivos a que se reporta este relatório candidatei-me à frequência das ações de formação contempladas nos diversos planos de formação elaborados pelos Centros de Formação de Associação de Escolas. No entanto, muitas das vezes, não fui selecionada para frequentar nenhuma dessas ações.

Segundo Cortesão (1998), o professor não pode sofrer de um daltonismo cultural pois, se assumisse essa postura, correria o risco de estagnar, de não evoluir mais, como pessoa e como profissional. Inspirada por este autor, fui à procura de mais e melhor conhecimento, no sentido do meu desenvolvimento profissional, procurarei informar-me de outras ações existentes externamente mesmo que não incluídas na formação contínua de professores. Foi assim que participei, até hoje, nas seguintes ações de formação contínua e creditadas e/ou ações de mais curta duração:

- Colóquio "Reflexão sobre o Ensino Básico e Habilitações para a Docência", realizado na Escola Secundária de Valbom, 1996.
- Ação de formação "Motivating your Students with Snapshot", realizada na Escola Secundária Alcaides de Faria, 1998.
- Ação de formação "Motivating Students to Learn a Platform to Success, realizada na Escola Secundária Alcaides de Faria, 1998.
- Ação de formação "Novas Teorias da Gramática", realizada na Escola Secundária de Arcos de Valdevez, 2000.
- Sessões de formação no âmbito da informatização de pautas na Escola Secundária de Arcos de Valdevez, 2000.
- Ação de formação "O Diretor de Turma e a Promoção da Saúde", realizada na Escola Secundária de Arcos de Valdevez, 2000.
- Seminário "Dificuldades de Aprendizagem: da Avaliação à Intervenção Psicopedagógica", realizada na Escola Secundária de Arcos de Valdevez, 2000.
- Conferência/debate "Procriação Medicamente Assistida, Perspectiva Genética e Implicações Éticas", realizada no Centro Paroquial de Arcos de Valdevez, 2000.

- Ação de Formação “Comunicação e Marketing”, realizada no Auditório Américo Areal, 2005.
- Ação de formação “Apresentação da Escola Virtual”, realizada na Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco, 2009.
- Ação de formação “A Escola, Hoje”, ações FOCO/CIDESD, 25 horas, 1 crédito, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a classificação de “excelente” 10 valores, 2010.
- Conferência “O Estado de Direito e a educação” – Guilherme D’ Oliveira Martins, realizada na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 2010.
- Ação de Formação “Novos Projetos, Novos Desafios – Português, 10º ano, realizada no Ipanema, 2010.
- Conferência “Ciência, Ensino Superior e Formação da Pessoa, Pedro Lynce, realizada no Teatro do Campo Alegre, 2010.
- Conferência “Desafios da Nova Genética” – Fernando Regateiro, realizada no Teatro do Campo Alegre, 2010.
- Conferência “As Fundações e a Sociedade do Conhecimento” – Emílio Rui Vilar, realizada no Teatro do Campo Alegre, 2010.
- Ação de Formação ”Seminário – Supervisão pedagógica “, ações FOCO/CIDESD, 50 horas, 2 créditos, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a classificação de “excelente” 10 valores, 2011.
- Conferência “Educação para a Cidadania” – David Justino, que se realizou no Teatro do Campo Alegre, Porto, 2011.
- Conferência “Portugal face à Economia Global” – Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal, que se realizou no Teatro do Campo Alegre, Porto, 2011.
- Ação de formação sobre a Nova Terminologia do Português, da responsabilidade da Dra. Adélia Silvestre e do Dr. Luís Magalhães, Escola Secundária/3 João Gonçalves Zarco , Matosinhos, 2011.
- Ação de Formação “Projeto de Formação para o Novo Programa de Português do Ensino Básico – I”, 51 horas, 2 créditos, realizada no âmbito de formadores internos do Centro de Formação de Associação

de Escolas de Matosinhos, com a classificação de “excelente” 9,9 valores, 2011/2012.

- 2º Ciclo de Seminários de Aprofundamento em Administração e Organização Escolar, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica, Porto, 2012:

  “Promovendo o sucesso escolar – lições de práticas recentes”, 25 de janeiro de 2012.

  “A direção das escolas e as melhorias de processos e resultados educativos”, 24 de abril de 2012.

  “Dirigir e gerir mega-agrupamentos: desafios e estratégias”, 16 de maio de 2012.

Assim sendo, parece ter ficado bem claro que ao longo dos anos desenvolvi estratégias de aquisição e de atualização de conhecimento profissional (científico, pedagógico e didático), seja através da frequência de ações de formação contínua e creditadas, seja através da frequência de outro tipo de ações de mais curta duração. Desta minha postura, aliás habitual em mim, resultaram benefícios evidentes em conhecimento pessoal e profissional que mobilizei, sem exceção, para a melhoria das minhas práticas. Esse conhecimento pessoal e profissional foi, por mim, ainda, desenvolvido a partir do trabalho colaborativo com pares e nos órgãos da(s) escola(s). Como já tive oportunidade de referir, todo esse novo, ou renovado, conhecimento foi, por mim, mobilizado ao serviço do desenvolvimento organizacional da(s) escola(s).

4. Conclusão e perspetivas para o futuro

4. Conclusão e perspetivas para o futuro

> *"Sim, digo e grito de fronte erguida e peito aberto e ufano: sou professor e tenho imenso orgulho nisso. Por pertencer ao número daqueles que se empenham em realizar a possibilidade de fazer o Homem, de sagrar de Humanidade todos e cada um, para darmos um nível aceitável à nossa imperfeita perfeição".* (Bento, 2010, p. 41)

Parti para a minha dissertação com o objetivo claro de apresentar um relatório detalhado sobre a minha atividade profissional. Construí o relatório de forma, um pouco, autobiográfica, procurando, aqui e ali, realçar a singularidade da minha história de vida enquanto docente, singularidade essa que se foi tecendo na sequência dos meus dias, como tive oportunidade de realçar. Procurei, ainda, incluir a discussão das experiências (ainda que, por vezes, constituídas por memórias[15] que poderão estar "nubladas" pelo tempo), das vivências e das competências por mim adquiridas em contexto profissional.

Foi minha intenção produzir um relatório que não se constituísse como um mero transmissor dos meus conhecimentos e das minhas vivências no que à minha prática profissional diz respeito. Poderá o mesmo parecer, em certos momentos, um conjunto de anotações desconexas. No entanto, a minha intenção foi a de aglutinar uma multiplicidade de ideias, num conjunto de escritos que, apesar de eventuais diferenças, se constituísse como um texto agradável para quem tiver a dura tarefa de o ler e de o avaliar. Espero, muito sinceramente, ter conseguido.

Ao terminar, mais em jeito de consideração final do que em jeito de conclusão do meu relatório gostaria de afirmar, de modo claro e inequívoco,

[15] Segundo Pessoa (2009, p. 43), "a memória é a consciência inserida no tempo".

que tal como Sísifo, que no momento em que a pedra rolava pelo monte abaixo, sabia que devia ir atrás dela e tentar, ainda que em vão, como sempre, e empurrá-la, de novo, até o cimo de uma montanha, também eu tomei consciência que não importa quão duro trabalhe, estou fadada, apenas e só, a falhar no sentido de que mais cedo ou mais tarde morrerei. É que, a propósito da minha profissão, revejo-me em Camus (2005) que via em Sísifo não a imagem de um homem sem esperança, mas sim a imagem de alguém alegre e que reconhecia que o seu destino apenas a ele pertencia. Na verdade, acredito que também eu poderei determinar a essência da minha existência. Razão pela qual, apesar de terminar este meu relatório na base da montanha, ainda como professora contratada, me sinto, mais do que nunca, preparada para suportar o tortuoso exercício, quiçá inútil, de fazer rolar a pedra monte acima, mais uma vez. E, tal como Camus (idem), que não viu em Sísifo um homem atormentado, um homem castigado, mas sim um homem feliz, apenas e só, porque descobriu o segredo da vida, também eu me vejo, no final deste relatório, como uma pessoa humana feliz, uma professora (contratada, mas) feliz.

5. Referências bibliográficas e legislativas

5.1. Referências bibliográficas

Amado, J. (2005). Observação e análise da relação pedagógica. Relatório da disciplina – Concurso para Professor Associado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Andrade, E. (1995). Fernando Pessoa – Poesias Escolhidas por Eugénio de Andrade. Porto: Campo das Letras, Editora S.A.

Araújo, J. (2002). Liderança – Reflexões sobre uma experiência profissional. Porto: Vida Económica.

Azevedo, J. (2007). Sistema Educativo Mundial: Ensaio sobre a regulação transnacional da educação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Bento, J. (2003). Planeamento e Avaliação em Educação Física (3.ª edição). Lisboa: Livros Horizonte.

Bento, J. (2010). Da coragem, do orgulho e da paixão de ser Auto-retrato. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.

Bilhim, J. (2001). Teoria organizacional – estruturas e pessoas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Cachada, M. (1990). Caça à burocracia. Porto: Vida Económica.

Cachada, S. (2011). Relatório de Estágio Profissional. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Camus, A. (2005). O Mito de Sísifo. Lisboa: Editora Livros do Brasil.

Canotilho, J., Gomes, J., e Moreira, V. (1991). Direito Constitucional. Coimbra: Almedina.

Carrola, N. (2010). O Director, o novo rosto da escola? Um estudo de caso sobre concepções e práticas do Director na gestão de uma escola secundária. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho.

Carvalho, M. (1977). Cultura Física e Desenvolvimento. Lisboa: Ed. Compendium.

Chiavenato, I. (2000). Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Cortesão, L. (1998). O arco-íris na sala de aula? Processos de organização de turmas: reflexões críticas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Gonçalves, J. (2009). Desenvolvimento profissional e carreira docente – Fases da carreira, currículo e supervisão. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 08, pp. 23-36.

Graça, A., Duarte, A. P., Lagartixa, C., Tching, D., Tomás, I., Almeida, J., Diogo, J., Neves, P., e Santos, R. (2011). Avaliação do desempenho docente – Um guia para a ação. Lisboa: Lisboa Editora.

Leandro, T. (2009). Elementos para a Compreensão do Processo de Reflexão em Situação de Estágio Pedagógico – estudo de caso de um Estudante-Estagiário de Educação Física. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Moreira, J. (2010). Portefólio do Professor – O portefólio reflexivo no desenvolvimento profissional. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J., Flores, A. (1999). Formação e Avaliação de Professores. Coleção: Escola e Saberes. Porto: Porto Editora.

Pires, G. (2000). Desenvolvimento organizacional – Gestão do desporto. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana.

Saramago, J. (2009). Caim (10.ª edição). Alfragide: Editorial Caminho.

Sêco, J. (1997). Chamados pelo nome: Da importância da afectividade na educação da adolescência. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Silva, L. (2008). palavras de Fernando Pessoa – desenvolvimento pessoal e negócios. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico, Lda.

Silva, P. (2009). Citações e pensamentos de Fernando Pessoa – Uma compilação dos melhores textos do maior poeta de língua portuguesa do século XX (2.ª edição). Alfragide: Casa das Letras.

5.2. Referências legislativas

Constituição da República Portuguesa.

Decreto–Lei n.º 344/89, de 11 de outubro de 1989, que veio reconhecer a importância da formação contínua nos domínios das competências científica e pedagógica dos docentes referindo que a formação contínua constitui uma condição para a progressão dos docentes na sua carreira.

Decreto-Lei n.º 242/92, de 9 de novembro, que veio considerar as instituições de ensino superior especialmente vocacionadas para a formação contínua.

Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de novembro, que veio estabelecer o regime jurídico da formação contínua de professores, bem como definir o respetivo sistema de coordenação, o decreto-Lei n.º 155/99, de 10 de maio, que procedeu à alteração do regime jurídico da formação contínua de professores e, ainda, as alterações introduzidas pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro.

Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro, décima primeira alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril e alterado pelos Decretos-Leis n. º 105/97, de 29 de abril, 1/98, de 2 de janeiro, 35/2003, de 27 de fevereiro, 121/2005, de 26 de julho, 229/2005, de 29 de dezembro, 224/2006, de 13 de novembro, 15/2007, de 19 de janeiro, 35/2007, de 15 de fevereiro, 270/2009, de 30 de setembro e 75/2010, de 23 de junho.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/1986, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/1997, de 19 de setembro, com as alterações e aditamentos, republicada e renumerada, para Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto.